



CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM
AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

**Projeto Pedagógico do Curso (PPC)
2018**



SUMÁRIO

1.	IDENTIFICAÇÃO	3
2.	JUSTIFICATIVA	3
3.	OBJETIVOS	4
3.1.	Objetivo Geral	4
3.2.	Objetivos Específicos	4
4.	PÚBLICO-ALVO	6
5.	PERFIL DO EGRESSO	6
6.	CONCEPÇÃO DO PROGRAMA	7
7.	CARGA HORÁRIA	8
8.	PERÍODO E PERIODICIDADE	8
9.	INSTITUIÇÕES PROMOTORAS	8
9.1.	Instituto Serzedello Corrêa (ISC) do Tribunal de Contas da União (TCU)	9
9.2.	Instituto Legislativo Brasileiro (ILB) do Senado Federal (SF).	10
9.3.	Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento (Cefor) da Câmara dos Deputados (CD)	11
10.	COORDENAÇÃO	12
11.	CONTEÚDO PROGRAMÁTICO	13
11.1.	Disciplinas e carga horária	13
11.2.	Ementas das disciplinas	13
12.	CORPO DOCENTE	14
13.	METODOLOGIA	14
14.	TRABALHO DE CONCLUSÃO DO CURSO (TCC)	15
15.	ATIVIDADES COMPLEMENTARES	15
16.	TECNOLOGIA	15
17.	LOCAL DE REALIZAÇÃO DO CURSO	16
18.	ACERVO	16
18.1.	Bibliografia do curso	16
19.	SISTEMAS DE AVALIAÇÃO E FREQUÊNCIA MÍNIMA	17
19.1.	Frequência mínima	17
19.2.	Sistema de Avaliação por disciplina	17
19.3.	Avaliação do TCC	17
20.	CERTIFICAÇÃO	18
21.	ORÇAMENTO PREVISTO	18
	ANEXO I – EMENTAS E BIBLIOGRAFIAS	19



1. IDENTIFICAÇÃO

Nome do curso	Especialização em Avaliação de Políticas Públicas
Área do conhecimento	6.02.00.00-6 – Administração 7.09.00.00-0 – Ciência Política
Modalidade	Presencial
Instituições promotoras	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Instituto Serzedello Corrêa (ISC) do Tribunal de Contas da União (TCU) ▪ Instituto Legislativo Brasileiro (ILB) do Senado Federal (SF) ▪ Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento (Cefor) da Câmara dos Deputados (CD)
Número de vagas	42 vagas

2. JUSTIFICATIVA

O Brasil enfrenta uma série de desafios econômicos, sociais e ambientais. Alcançar o desenvolvimento sustentável requer atuação coordenada de múltiplas esferas e setores governamentais e da sociedade. Nesse sentido, adequados planejamento, desenho, coordenação, implementação, monitoramento e avaliação de políticas públicas são componentes essenciais à transformação da realidade nacional e inclusão socioeconômica.

De acordo com o Relatório de Políticas e Programas de Governo (RePP), entregue pelo TCU ao Congresso Nacional em agosto de 2017, a existência de déficits institucionais de governança e de gestão da administração pública federal produzem ineficiências generalizadas no gasto público federal. As ineficiências apontadas no relatório implicam consideráveis desperdícios e desvios sistêmicos na aplicação dos recursos públicos federais. Com base na análise dos achados consolidados, conclui-se que os referidos déficits institucionais, se não corrigidos, são capazes de perenizar a baixa eficácia dos bens e serviços públicos ofertados pelo Estado, que têm sido percebidos pela sociedade, em regra, como inadequados e de pouca qualidade.



Tal diagnóstico explicita uma série de riscos e problemas existentes que, quando confrontados com os limites estabelecidos no Novo Regime Fiscal (EC nº 95/2016), sinalizam para necessidade premente de aprimorar os instrumentos de governança de orçamentária e de políticas públicas com vistas a otimizar gastos e potencializar resultados de investimentos e ações governamentais.

Por ser o Estado Brasileiro principal ator responsável pela promoção do desenvolvimento nacional, e considerando o fato de ser o Congresso Nacional, com o auxílio do Tribunal de Contas, responsável pela fiscalização, capacitar os profissionais dessas instituições em métodos e técnicas de análise de políticas públicas e avaliação de programas de governo é condição de transformação da realidade e desenvolvimento sustentável.

3. OBJETIVOS

3.1. Objetivo Geral

Capacitar servidores para analisar políticas públicas e avaliar programas governamentais.

3.2. Objetivos Específicos

São objetivos específicos desenvolver competências nos servidores participantes que os possibilitem ao final do curso:

- a) compreender os principais conceitos e teorias relacionados a políticas públicas e aplicá-los na **análise de ciclo de políticas públicas**;
- b) compreender os principais conceitos e teorias relacionados a governança em políticas públicas e aplicá-los na **análise da governança de políticas públicas**.
- c) compreender os principais conceitos e teorias relacionados a análise de políticas públicas e avaliação de programas de governo e aplicá-los na definição de possíveis **estratégias de análise de políticas públicas e avaliação de programas de governo**.
- d) compreender os principais métodos qualitativos aplicáveis à análise de políticas públicas e aplicá-los na **análise qualitativa de políticas públicas**.
- e) compreender os principais métodos quantitativos aplicáveis à análise de políticas públicas e aplicá-los na **análise quantitativa de políticas públicas**.



- f) compreender técnicas de análise estatística e multivariada e aplicá-las na **avaliação quantitativa de programas**.
- g) compreender métodos e técnicas de auditoria de políticas públicas e programas de governo e utilizar esses conhecimentos para **produzir conhecimento sobre riscos em políticas e programas**.
- h) conhecer métodos de análise multidimensional de políticas públicas e programas de governo; utilizar esse conhecimento para **analisar sob múltiplas perspectivas políticas públicas e programas de governo; bem como planejar trabalho acadêmico**.
- i) compreender métodos e técnicas de gestão estratégica de projetos e utilizar esses conhecimentos para **analisar a gestão de programas de governo**.
- j) compreender o processo de planejamento no setor público e utilizar esse conhecimento para **analisar o processo de elaboração de políticas e programas de governo**.
- k) compreender o processo de planejamento e execução orçamentária e financeira e utilizar esse conhecimento para **analisar o planejamento e a execução orçamentária e financeira de políticas e programas de governo**.
- l) compreender o processo de prestação de contas governamental e utilizar esses conhecimentos para **analisar accountability de políticas e programas de governo**.
- m) compreender conceitos econômicos aplicáveis ao setor público e utilizar esses conhecimentos para **analisar possível impacto econômico de iniciativas governamentais**.
- n) compreender o ambiente político em que as iniciativas governamentais estão inseridas e utilizar esse conhecimento para **avaliar possível impacto de decisões políticas em políticas públicas e programas de governo**.
- o) compreender o ambiente regulatório em que as iniciativas governamentais estão inseridas e utilizar esse conhecimento para **avaliar possível impacto regulatório em políticas públicas e programas de governo**.
- p) compreender o ambiente regulatório em que políticas setoriais estão inseridas e utilizar esses conhecimentos para **avaliar possível impacto regulatório em políticas públicas e programas de governo setoriais**.



4. PÚBLICO-ALVO

O curso destina-se a portadores de diploma de nível superior em qualquer área de formação, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo Ministério da Educação, que atuem ou pretendam atuar na área de interesse do curso e que seja:

- a) profissional indicado pelo Tribunal de Contas da União, com **18 vagas** destinadas a esse público;
- b) profissional indicado pelo Senado Federal, com **12 vagas** destinadas a esse público; e
- c) profissional indicado pelo Câmara dos Deputados, com **12 vagas** destinadas a esse público.

O ingresso no curso ocorrerá por meio de processo seletivo regido por edital próprio de cada uma das instituições promotoras. A indicação mencionada acima pelas instituições promotoras poderá ser tanto de profissionais pertencentes ao seu quadro funcional quanto de outras instituições parceiras a critério da direção de cada uma das Casas.

O processo seletivo obedecerá a cronograma estabelecido nos editais de cada uma das instituições promotoras, os quais seguirão, em linhas gerais, ao seguinte cronograma:

Etapa do Processo Seletivo	Datas prováveis
Realização do processo seletivo pelas instituições promotoras	entre 25/04 e 25/06/2018
Período de matrícula no curso	entre 25/06 e 02/08/2018

Para a efetivação da matrícula no curso, além da aprovação no processo seletivo, os participantes deverão entregar memorial descritivo, carta de intenções e toda a documentação prevista no Regulamento do curso.

5. PERFIL DO EGRESSO

O egresso do curso de pós-graduação deve retornar às suas atividades laborais com maior capacidade de análise de políticas públicas e avaliação de programas de governo. Essas competências



poderão ser aplicadas na área de atuação de cada aluno em suas respectivas instituições. Seja por meio de formulação, monitoramento, avaliação ou fiscalização, o aluno egresso do curso deverá ser capaz de, no exercício de suas atividades laborais, contribuir para a melhoria do resultado de políticas públicas e programas de governo.

A partir desse processo de desenvolvimento técnico e profissional, buscar-se-á incentivar o egresso a continuar sua busca por autodesenvolvimento, por meio de uma educação por toda a vida, em benefício da Administração Pública e da sociedade brasileira.

6. CONCEPÇÃO DO PROGRAMA

O curso de Especialização em Avaliação de Políticas Públicas é uma ação de formação continuada que pretende aprimorar o conhecimento instrumental e teórico dos alunos envolvidos nessa área de atuação. Trata-se de um processo formativo em serviço, com base na educação formal em pós-graduação *lato sensu*, com o objetivo maior de gerar conhecimentos que possibilitem a atuação na área de concentração do curso com alto nível de especialização.

A estrutura do curso é composta de **16 (dezesseis) disciplinas**, distribuídas em **3 (três) módulos**, perfazendo um total de 406 (quatrocentas e seis) horas/aula. No **módulo de Políticas Públicas**, constam as disciplinas: (1) fundamentos de políticas públicas; (2) governança em políticas públicas; (3) estratégia de análise de políticas públicas; (4) análise qualitativa de políticas públicas; (5) análise quantitativa de políticas públicas; (6) estatística e análise multivariada de políticas públicas; (7) auditoria de políticas públicas e programas de governo; e (8) metodologia científica aplicada a políticas públicas. No **módulo Administração Pública**, constam as disciplinas: (1) gestão estratégica de projetos; (2) planejamento no setor público; (3) orçamento público; (4) contabilidade governamental; e (5) economia e finanças no setor público. Por último, do **módulo Estado Política e Regulação** constam as seguintes disciplinas: (1) estado e políticas públicas; (2) teoria do estado regulador; e (3) regulação aplicada.



7. CARGA HORÁRIA

A carga horária do curso será de 406 horas de aulas presenciais, acrescidas de 54 horas (correspondente a três meses) para elaboração e apresentação do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).

8. PERÍODO E PERIODICIDADE

O curso será ofertado a partir de agosto 2018, conforme o seguinte cronograma geral:

	Início do período letivo (datas prováveis)	Término do período letivo (datas prováveis)
1º período	06/08/2018	15/12/2018
2º período	04/02/2019	30/06/2019
3º período	01/08/2019	31/10/2019
TCC	01/09/2019	30/11/2019
Defesa	01/10/2019	15/12/2019

Idealmente, as disciplinas serão ofertadas de forma modular, uma por mês. As aulas serão ministradas às **segundas-feiras**, das **8h30 às 12h00 e das 14h30 às 18h**, totalizando **7 (sete) horas semanais**. Se necessário, poderá haver a realização de atividades fora desses dias e horários, ou a antecipação de aulas para outros dias da semana, em especial, nas seguintes situações: (a) quando houver feriados próximos; (b) quando o professor não for residente em Brasília; (c) quando a disciplina for ofertada eventualmente no formato semipresencial; ou (d) quando a carga horária da disciplina for inferior a 15h.

O cronograma detalhado das aulas será definido e comunicado aos alunos oportunamente.

9. INSTITUIÇÕES PROMOTORAS

O curso será promovido em parceria entre o Instituto Serzedello Corrêa (ISC) do Tribunal de Contas da União (TCU), o Instituto Legislativo Brasileiro (ILB) do Senado Federal (SF) e o Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento (Cefor) da Câmara dos Deputados (CD), com amparo nos seguintes instrumentos de cooperação, com as respectivas atualizações e renovações:



- 1) Protocolo de Intenções nº 7/2013 - Estabelece a cooperação técnico-científica e cultural, o intercâmbio de conhecimentos, informações e experiências, visando à formação, ao aperfeiçoamento e à especialização técnica de recursos humanos, bem como ao desenvolvimento institucional, mediante a implementação de ações, programas, projetos e atividades de interesse comum entre o SENADO/ILB e o Tribunal de Contas da União - TCU.
- 2) Acordo de Cooperação Técnica nº 2016/239.0 - Estabelece o intercâmbio de informações, a cooperação técnico-científica, a articulação de esforços, a formação de parceria estratégica e a definição de diretrizes comuns, por meio do estabelecimento de compromissos e ações conjuntas, bem como viabilizar o apoio a ações de atendimento aos cidadãos no âmbito da Ouvidoria da Câmara dos Deputados, do Tribunal de Contas da União e do Senado Federal.

9.1. Instituto Serzedello Corrêa (ISC) do Tribunal de Contas da União (TCU)

Criado por lei federal (art. 88 da Lei nº 8.443, de 16/7/1992), o Instituto Serzedello Corrêa (ISC) foi concebido pelo ideal de propiciar condições para o desenvolvimento humano e organizacional do Tribunal, provendo a Secretaria do TCU de pessoas qualificadas para o exercício das atividades de controle externo da Administração Pública.

As competências do Instituto estão definidas na Resolução-TCU nº 284, de 30 de dezembro de 2016, que define a estrutura, as competências e a distribuição das funções de confiança das unidades da Secretaria do Tribunal de Contas da União; na Resolução-TCU nº 112, de 25 de junho de 2008, que dispõe sobre o desenvolvimento de ações de educação no âmbito do TCU; em seu Regimento Interno; e nos regulamentos específicos de cada segmento educacional, inclusive, no da pós-graduação. A Resolução-TCU nº 112/08 estabelece para o Programa de Pós-Graduação os seguintes objetivos:

- I – promover a pesquisa científica e a geração de conhecimento em nível avançado em áreas de interesse do TCU, com vistas a melhorar a eficiência, a eficácia e a efetividade das ações realizadas pelo Tribunal no cumprimento de sua missão institucional;
- II – aprimorar a qualificação e a especialização dos servidores do TCU e ampliar o corpo docente do Instituto Serzedello Corrêa, com vistas à promoção de futuros projetos de pós-graduação de interesse institucional; e



III – criar as condições necessárias à preservação de uma cultura organizacional comprometida com a inovação e com a permanente adequação das competências dos servidores aos objetivos do Tribunal.

Em 14 de fevereiro de 2017, o Ministério da Educação publicou o despacho do Ministro em que homologa o Parecer nº 657/2016, da Câmara de Educação Superior, do Conselho Nacional de Educação, favorável ao credenciamento da Escola de Governo Instituto Serzedello Corrêa e unidades vinculadas, para oferta de pós-graduação *lato sensu*, em regime presencial e a distância, observando-se o prazo de 8 (oito) anos.

9.2. Instituto Legislativo Brasileiro (ILB) do Senado Federal (SF).

O Senado Federal desenvolve atividades de treinamento, aperfeiçoamento e capacitação de seu quadro de servidores efetivos e comissionados desde a década de 70. Inicialmente, esse trabalho era efetuado pelo Serviço de Seleção e Aperfeiçoamento de Pessoal; depois ficou a cargo do Centro de Formação e Administração Legislativa (CEFAL), que foi transformado em Centro de Desenvolvimento de Recursos Humanos do Senado Federal (CEDESEN) e, a partir de 1997, do Instituto Legislativo Brasileiro (ILB).

Ao longo desses 20 anos, o ILB tem oferecido para servidores da Casa e de órgãos conveniados: a) cursos presenciais de formação e capacitação; b) educação a distância para funcionários das Casas Legislativas nas esferas federal, estadual e municipal, para países de língua estrangeira e para a sociedade em geral, utilizando metodologia própria; c) palestras, seminários, fóruns e debates de interesse da comunidade estudiosa e do Parlamento, e d) outras atividades de ensino e aprendizado.

A partir de 2001, com a criação da Universidade do Legislativo (Unilegis), hoje incorporada ao ILB, iniciou-se a oferta de educação superior, com a realização de cursos de pós-graduação *lato sensu* (especialização), em parceria com renomadas universidades federais, nas áreas de Direito Legislativo, Administração Legislativa, Ciência Política e Comunicação Legislativa. A gama de cursos escolhida desde então busca abarcar os saberes necessários à atuação legislativa, mas, cada vez mais, os conhecimentos exigidos para que uma nação e sua população possam se posicionar em padrões da contemporaneidade.



Além dos cursos de especialização, o ILB tem atuado na pós-graduação com diversas ações acadêmicas, como cursos de extensão e grupos de estudo e pesquisa. Também fez parte do esforço do ILB ao longo desse tempo, iniciativas de publicação da produção intelectual advinda de seus cursos na Revista de Informação Legislativa do Senado Federal. Foram publicados os melhores trabalhos dos alunos das duas primeiras turmas do Curso de Especialização em Direito Legislativo e da primeira turma do Curso de Análise da Constitucionalidade. As monografias aprovadas pelas bancas examinadoras estão disponibilizadas em formato papel e digital na Biblioteca Acadêmico Luiz Viana Filho, do Senado. Nesta mesma linha, foram criadas as “Edições Unilegis de Ciência Política”.

Assim, as atividades de ensino desenvolvidas pelo ILB estão voltadas para o aprimoramento do trabalho do Parlamento, da prática política, e das discussões acerca dos temas de interesse da sociedade e dos setores que atuam em prol do desenvolvimento do país, e também da disseminação e democratização dos saberes acumulados.

A experiência acumulada ao longo dos anos, o elevado padrão de seus instrutores, o cuidado na elaboração dos cursos e treinamentos e a capacidade de atendimento ao público fizeram com que o ILB tenha obtido junto ao MEC o credenciamento para oferecer, com certificação própria, cursos de graduação *latu sensu*. De acordo com parecer publicado no Diário Oficial em 7/2/2013, o ILB está credenciado pela Portaria do MEC nº 96, de 2013, nos termos do Parecer CNE/CES 360/2012, a ministrar cursos de especialização, em regime presencial, como Escola de Governo, pelo prazo de três anos, estando no momento em processo de credenciamento.

Ao todo, o ILB já capacitou em seus cursos de pós-graduação quase 500 servidores do Senado Federal e segue atuando neste ano de 2017 com quatro cursos *latu sensu*, três cursos de extensão e três grupos de estudo ativos.

9.3. Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento (Cefor) da Câmara dos Deputados (CD)

O Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento (Cefor), da Câmara dos Deputados, foi instituído pelo Ato da Mesa n. 69, em 1997, e recebeu a missão de planejar, promover, executar e avaliar programas e atividades de recrutamento, seleção, atualização, aperfeiçoamento,



especialização e desenvolvimento de recursos humanos. Também é de sua competência a extensão de suas ações e objetivos à comunidade, incluindo a possibilidade de realização de convênios de intercâmbio e cooperação mútua com entidades, instituições públicas e particulares, a prestação de serviços relacionados às suas atividades e fins institucionais, além do desenvolvimento e execução de programas, projetos e atividades de capacitação.

Essas atribuições são executadas pelo Cefor na forma de cursos, conferências, palestras, seminários e outras atividades técnico-científicas e culturais destinados não só aos servidores da Câmara dos Deputados, como também a um público diversificado, incluindo agentes políticos, servidores de outras entidades, alunos de instituições de ensino superior, entre outros.

No universo das escolas de governo, o Cefor se distingue pelo foco na sistematização de conhecimento específico, inerente ao Poder Legislativo, com a institucionalização de um Programa de Pós-Graduação próprio, articulando as vertentes de ensino, pesquisa e extensão. O objetivo básico do Programa consiste em desenvolver a educação legislativa, por meio de cursos de pós-graduação não disponíveis no mercado ou que tratem de competências exclusivas do Poder Legislativo.

O Cefor é credenciado pelo Ministério da Educação para oferecer cursos *lato sensu* por meio da Portaria 666/2017 e pela Capes/MEC para a oferta do Mestrado Profissional em Poder Legislativo.

10. COORDENAÇÃO

O curso será regido por regulamento próprio, instituído por ato conjunto dos dirigentes das instituições promotoras, e será coordenado por uma Comissão de Coordenação, constituída por representantes das três instituições promotoras e também pelo(a) Coordenador(a) Acadêmico(a) do Curso. As competências da Comissão serão estabelecidas no regulamento, a quem caberá, entre outras atribuições, o planejamento, coordenação e supervisão das atividades do curso, a seleção dos docentes e a supervisão de sua atuação.

Cabe à Comissão de Coordenação as decisões sobre questões administrativas e disciplinares do curso, bem como a realização de alterações no presente Projeto Pedagógico do Curso (PPC), no calendário e nas atividades previstas, quando necessário.



A Comissão de Coordenação indicará, ainda, servidores para acompanhamento das atividades didático-pedagógicas de cada curso.

11. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

11.1. Disciplinas e carga horária

Disciplinas	Carga horária
MÓDULO 1 – POLÍTICAS PÚBLICAS (203h)	
FUNDAMENTOS DE POLÍTICAS PÚBLICAS	28h
GOVERNANÇA EM POLÍTICAS PÚBLICAS	28h
ESTRATÉGIA DE ANÁLISE DE POLÍTICAS PÚBLICAS	28h
ANÁLISE QUALITATIVA DE POLÍTICAS PÚBLICAS	14h
ANÁLISE QUANTITATIVA DE POLÍTICAS PÚBLICAS	14h
ESTATÍSTICA E ANÁLISE MULTIVARIADA DE POLÍTICAS PÚBLICAS	35h
AUDITORIA DE POLÍTICAS PÚBLICAS E PROGRAMAS DE GOVERNO	28h
METODOLOGIA CIENTÍFICA APLICADA A POLÍTICAS PÚBLICAS	28h
MÓDULO 2 – ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (140h)	
GESTÃO ESTRATÉGICA DE PROJETOS	28h
PLANEJAMENTO NO SETOR PÚBLICO	21h
ORÇAMENTO PÚBLICO	35h
CONTABILIDADE GOVERNAMENTAL	28h
ECONOMIA E FINANÇAS NO SETOR PÚBLICO	28h
MÓDULO 3 – ESTADO, POLÍTICA e REGULAÇÃO (63h)	
ESTADO E POLÍTICAS PÚBLICAS	21h
TEORIA DO ESTADO REGULADOR	28h
REGULAÇÃO APLICADA	14h
Total	406h

11.2. Ementas das disciplinas

As ementas das disciplinas estão relacionadas no Anexo I – Ementas e Bibliografias.



12. CORPO DOCENTE

O corpo docente do curso de Especialização em Avaliação de Políticas Públicas será constituído, principalmente, por servidores pertencentes ao quadro das instituições promotoras que possuem titulação, experiência pedagógica e conhecimento profissional na área do curso, convidados pelo Instituto Serzedelo Corrêa. Também poderão compor o corpo docente professores convidados de outras instituições que, por sua qualificação, tenham a possibilidade de complementar a formação oferecida pelos docentes internos, obedecendo aos parâmetros estabelecidos pelo MEC e à legislação vigente. O corpo docente será selecionado por meio de análise curricular pela Comissão de Coordenação, com foco nos perfis mais qualificados e aderentes ao projeto do curso.

13. METODOLOGIA

As atividades pedagógicas serão desenvolvidas segundo uma abordagem que privilegia a associação entre teoria e prática, por meio de aulas expositivas, discussões e trabalhos em grupo, estudos de casos, leitura crítica de textos, debates em sala de aula, seminários e palestras com profissionais e professores convidados, além de outras julgadas pertinentes pela coordenação, professores e alunos.

Ressalte-se que, na realização dessas atividades didáticas, o objetivo maior é estabelecer não apenas o trânsito entre trabalho e educação, como é comum e desejado em um processo de formação em serviço, mas também uma rede de interconexões entre os saberes e as práticas que fundamentam o campo de estudo.

Estudos de casos serão realizados permitindo que os alunos participem ativamente do processo de construção do conhecimento.

O foco do curso nas questões referentes à Avaliação de Políticas Públicas favorece a interdisciplinaridade, uma vez que requer conhecimentos de várias áreas. Espera-se que os alunos percebam essa relação e saibam localizá-la nas diferentes disciplinas do curso. Mais especificamente, o diálogo necessário entre as diversas áreas do saber será incentivado na elaboração do TCC, que, mesmo quando situado em um aspecto específico a ser abordado, não poderá deixar de fazer referência ao conjunto das disciplinas do curso.



14. TRABALHO DE CONCLUSÃO DO CURSO (TCC)

O aluno deverá elaborar individualmente trabalho de conclusão de curso (TCC), o qual consistirá na aplicação prática de conhecimentos em análise de política pública e avaliação programas de governo. Para a elaboração do TCC será designado um professor orientador.

O TCC observará as normas de padronização editadas pela Associação Brasileira de Normas e Técnicas (ABNT). Sua estrutura e conteúdo serão apresentados na disciplina de metodologia científica aplicada. Nessa, o aluno deverá optar por uma entre as três opções possíveis de trabalho: (a) análise de uma política pública, (b) avaliação de um programa temático, ou (c) auditoria de um programa de governo.

15. ATIVIDADES COMPLEMENTARES

As disciplinas do módulo específico do curso poderão ser ministradas por meio de atividades especiais, como eventos coordenados e estudos. Independentemente da programação dessas disciplinas, outras atividades complementares poderão ser desenvolvidas, como a participação em eventos e visitas, devendo ocorrer de acordo com a disponibilidade dos alunos e o interesse das instituições participantes.

16. TECNOLOGIA

Além das comunicações e do atendimento alternativo, que serão feitos via *e-mail*, os alunos serão inscritos em uma comunidade virtual de aprendizagem, que receberá o nome do curso, para facilitar a interação tanto entre alunos e professores quanto entre os próprios alunos. Essa comunidade será parte da plataforma de ensino a distância do ISC.

A estrutura do ISC também comporta um sistema para registro e acompanhamento dos cursos (ISCnet). Neste sistema serão lançadas as informações do curso e das disciplinas, as matrículas, as notas de cada disciplina, a frequência dos discentes, a avaliação do TCC. Também permitirá a emissão do certificado de curso, com os elementos necessários para sua validade, segundo a Resolução CNE/CES nº 1, de 6/4/2018.



17. LOCAL DE REALIZAÇÃO DO CURSO

O curso será realizado nas instalações do Instituto Serzedello Corrêa (ISC), que está localizado no Setor de Clubes Esportivos Sul (SCES), Trecho 3, Polo 8, Lote 3 CEP 70200-003 – Brasília-DF.

Trata-se de complexo arquitetônico com área construída total de 24.552 m² formado por duas edificações. O prédio principal possui 3 andares. No térreo há um Anfiteatro com capacidade para 45 pessoas e duas oficinas para atividades diversificadas com capacidade para 64 participantes. No primeiro pavimento localizam-se 9 salas de aula para um total de 360 alunos, sendo que 3 funcionam também como laboratórios de informática, uma das salas conta com recursos de gravação e transmissão de vídeo, que é integrada com uma sala de conferência, e outra possui espaço duplo com capacidade para até 80 participantes. No segundo piso localiza-se a área administrativa do Instituto.

O segundo prédio abriga o complexo cultural do TCU, composto por Museu, Espaço Cultural, área educativa do Centro Cultural, com capacidade para 60 alunos, e auditório, com capacidade 484 pessoas.

Entre os prédios há uma área central de convívio, composta por duas praças onde podem ser realizadas atividades culturais diversificadas. O conjunto também possui uma biblioteca com espaço coletivo e salas individuais para estudo, espaço de convivência para os alunos, com computadores e acesso à internet por *wi-fi*, e espaços reservados para um restaurante, uma lanchonete e um café. Há ainda a disponibilidade total de 443 vagas de estacionamento, distribuídas áreas de garagem cobertas e descobertas.

18. ACERVO

18.1. Bibliografia do curso.

A Bibliografia básica do curso está indicada no Anexo I – Ementas e Bibliografias, e poderá ser constituída de material digital ou de livros e/ou periódicos que serão oportunamente adquiridos e disponibilizados pelas Bibliotecas do Tribunal de Contas da União, do Senado Federal e/ou da Câmara dos Deputados para acesso aos alunos do curso, ou ainda disponibilizados na comunidade virtual de aprendizagem quando se tratar de conteúdo digital de livre divulgação.



Cada disciplina do curso contará também outras fontes bibliográficas que poderão ser indicadas pelos docentes das disciplinas como leitura básica ou complementar, a qual será recomendada aos alunos no decorrer das aulas. Essa bibliografia adicional será constituída preferencialmente de material digital, a ser disponibilizado na comunidade virtual de aprendizagem, sendo evitada a reprodução física do material de leitura por respeito a princípios de sustentabilidade e economia de recursos naturais. Todo material disponibilizado deverá obedecer à legislação de direitos autorais. Livros e/ou periódicos de conteúdo integral que compõem a bibliografia complementar das disciplinas também poderão ser indicados e eventualmente adquiridos pelas Bibliotecas das instituições promotoras quando indicados previamente pelos docentes.

19. SISTEMAS DE AVALIAÇÃO E FREQUÊNCIA MÍNIMA

19.1. Frequência mínima

A frequência mínima exigida para a aprovação é de **50% de presença por disciplina** e de **75% do total de disciplinas**.

19.2. Sistema de Avaliação por disciplina

O aproveitamento acadêmico poderá ser medido por meio de provas, seminários, trabalhos e participação, individuais ou em grupo. O rendimento escolar será aferido por disciplina, abrangendo sempre os aspectos de assiduidade e aprendizagem que será apurada por pontos cumulativos, em uma escala de 0 (zero) a 10 (dez). Será considerado **aprovado** o aluno que alcançar **rendimento acadêmico mínimo igual ou superior a 6 (seis)**.

19.3. Avaliação do TCC

A avaliação do trabalho de conclusão do curso será realizada por banca constituída por, pelo menos, dois professores, sendo um deles o orientador. Os alunos receberão da banca examinadora as menções “aprovado”, “aprovado com restrições”, ou “não aprovado”. Será considerado “aprovado” o aluno que receber essa menção de todos os membros da banca. Será considerado “aprovado com restrições” o discente que receber essa menção de pelo menos um dos membros da banca. Será considerado “não aprovado” aquele aluno que receber esse conceito de todos os membros da banca. No caso de aprovação com restrições, as modificações sugeridas deverão ser efetuadas pelo



aluno no prazo máximo de 60 (sessenta) dias e apresentadas ao orientador, que atestará a validade das modificações realizadas, a fim de que possa ser considerado aprovado em caráter definitivo.

20. CERTIFICAÇÃO

Ao discente que obedecer às exigências do curso e atender aos critérios de aprovação (frequência mínima de **50% por disciplina** e **75% no conjunto de disciplinas**, nota mínima de 6 por disciplina e aprovação no TCC) será conferido o grau de Especialista.

21. . DO VALOR DO CURSO

A previsão orçamentária do curso está discriminada no quadro abaixo e se refere aos itens acordados referentes às disciplinas que ficaram a cargo do Senado Federal como também à orientação e à avaliação dos Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC) para os 12 (doze) alunos da Casa.

ORDEM	ENCARGO	VAGAS	CH	TITULAÇÃO	VALOR
1	EXAMINADORES	2	80	Doutor	R\$ 28.320,00
2	FACILITADORES DE APRENDIZAGEM	5	112	Doutor	R\$ 39.648,00
3	ORIENTADORES	12	84	Doutor	R\$ 29.736,00
4	AVALIADORES	12	36	Doutor	R\$ 12.744,00
Total					R\$ 110.448,00

**Considerando que o colaborador tenha o título de Doutor – R\$354,00, a hora/aula*

Considerando o acordado entre as partes, as seguintes disciplinas e respectivas cargas horárias ficaram sob a responsabilidade do ILB/Senado Federal:

1. Análise Qualitativa de Políticas Públicas: 14 horas/aula;
2. Análise Quantitativa de Políticas Públicas: 14 horas/aula;
3. Orçamento Público: 35 horas/aula;
4. Economia e Finanças no Setor Público: 28 horas/aula;



5. Estado e Políticas Públicas: 21 horas/aula.

Caso sejam designadas outras disciplinas a servidores do Senado Federal, o Tribunal de Contas da União assumirá as despesas decorrentes do pagamento da GECC a estes colaboradores educacionais.

ANEXO I – EMENTAS E BIBLIOGRAFIAS

MÓDULO 1 – POLÍTICAS PÚBLICAS (203h)

<i>Código</i>	<i>Disciplina</i>	<i>Ementa</i>	<i>CH</i>
APP 1.1	FUNDAMENTOS DE POLÍTICAS PÚBLICAS	<p>Ao final dessa disciplina o aluno deverá ser capaz de:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. compreender os principais conceitos e teorias relacionados a políticas públicas; e 2. utilizar esses conhecimentos para analisar o ciclo de políticas públicas. <p>Ementa da disciplina:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Políticas públicas: conceitos, teorias, premissas e dilemas. 2. Ciclo de políticas públicas. Universalismo e focalização. 3. Formação da agenda, desenho (<i>design</i>), processo decisório e formulação de políticas públicas. <ol style="list-style-type: none"> a. Pensamento sistêmico b. Planejamento da intervenção e marco lógico c. Regulamentação d. Análise de impacto e de custo-benefício e. Estrutura de monitoramento e avaliação 4. Implementação de políticas públicas 5. Monitoramento de políticas públicas. 6. Análise de políticas públicas. 7. Avaliação de programas de governo <p>Bibliografia básica:</p> <p>MORAN, Michael; REIN, Martin; GOODIN, R. E. The Oxford handbook of public policy. Nova York: The Oxford University Press, 2008.</p>	28h



		<p>THEODOULOU, S. Z.; CAHN, M. A. Public policy: the essential readings. Upper Saddle River, NJ: Prentice Hall, 1995.</p> <p>VAITSMAN, J.; RIBEIRO, J. M.; LOBATO, L. Policy analysis in Brazil. Bristol: Policy Press at University of Bristol, 2013.</p>	
APP 1.2	GOVERNANÇA EM POLÍTICAS PÚBLICAS	<p>Ao final dessa disciplina o aluno deverá ser capaz de:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. compreender os principais conceitos e teorias relacionados a governança em políticas públicas; e 2. utilizar esses conhecimentos para analisar a <u>governança de políticas públicas</u>. <p>Ementa da disciplina:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Governança em centro de governo. 2. Governança em políticas públicas. 3. Governança orçamentária. 4. Governança multisetorial e multinível. 5. Tópicos especiais em governança de políticas públicas. <ol style="list-style-type: none"> a. Coerência e coordenação no Centro de Governo – <i>Policy Coherence</i> b. Planejamento nacional integrado c. Construção de orçamento de médio prazo no Brasil – <i>Medium-term Expenditure Framework (MTEF)</i> d. Atuação integrada das políticas públicas nacionais – <i>whole of government approach</i> e. Indicadores chave nacional integrados – <i>Key National Indicators (KNI)</i> f. Maturidade Interfederativa <p>Bibliografia básica:</p> <p>BRASIL. Tribunal de Contas da União. Referencial para avaliação da governança do Centro de Governo. Brasília: TCU, 2016.</p> <p>BRASIL. Tribunal de Contas da União. Referencial para avaliação de governança em políticas públicas. Brasília: TCU, 2014.</p>	28h



		<p>LEVI-FAUR, D. The Oxford handbook of governance (Oxford Handbooks). USA: Oxford University Press, 2012.</p> <p>TRICKER, B. Corporate governance: principles, politics and practices. USA: Oxford University Press, 2009.</p>	
APP 1.3	ESTRATÉGIA DE ANÁLISE DE POLÍTICAS PÚBLICAS	<p>Ao final dessa disciplina o aluno deverá ser capaz de:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. compreender os principais conceitos e teorias relacionados a análise de políticas públicas e avaliação de programas de governo; e 2. utilizar esses conhecimentos para definir possíveis <u>estratégias de análise de políticas públicas e avaliação de programas de governo</u>. <p>Ementa da disciplina:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Modelos e estratégias de análise de políticas públicas: conceitos, tipologia, objetivos, métodos e técnicas. 2. Modelos e estratégias de avaliação de programas de governo: conceitos, tipologia, objetivos, métodos e técnicas. 3. Modelos e estratégias de avaliação de portfólio de políticas públicas e programas de governo, com ênfase na avaliação da fragmentação, sobreposição, duplicidade e lacunas (FDS). 4. Avaliação e monitoramento de indicadores, metas e resultados em políticas e programas públicos: conceitos, tipologia, objetivos, métodos e técnicas. 5. Avaliação randomizada em políticas públicas. 6. Sistema Nacional de Monitoramento e Avaliação de Políticas e Programas. <p>Bibliografia básica:</p> <p>GUY PETERS, B. American public policy: promise and performance. USA: Tenth Edition. Sage Publication, 2016.</p> <p>HOWLETT, M.; RAMESH, M. Studying public policy: policy cycles and policy subsystems. Canada: OUP, 2003.</p> <p>NEWCOMER, K.E.; HATRY, H.P.; WHOLEY, J. Handbook of practical program evaluation: essential texts for</p>	28h



		<p>nonprofit and public leadership and management. 4th Edition. USA: John Wiley, 2015.</p> <p>VEDUNG, E. Public policy and program evaluation. USA: Routledge, 2017.</p>	
APP 1.4	ANÁLISE QUALITATIVA DE POLÍTICAS PÚBLICAS	<p>Ao final dessa disciplina o aluno deverá ser capaz de:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. compreender os principais métodos qualitativos aplicáveis à análise de políticas públicas; e 2. utilizar esses conhecimentos para analisar qualitativamente políticas públicas. <p>Ementa da disciplina:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Fundamentos de análise qualitativa. 2. Métodos de pesquisa qualitativa. <ol style="list-style-type: none"> a. Tipos/abordagens de pesquisa b. Procedimentos técnicos c. Fontes de informação d. Técnicas e instrumentos de coleta de dados e. Técnicas de análise de dados 3. Coleta e análise de dados qualitativos apoiadas por <i>software</i> 4. Análise qualitativa de políticas públicas, incluindo análise de governança, marco lógico e cesta de indicadores. <p>Bibliografia básica:</p> <p>BARDIN, L. Análise de conteúdo. Brasil: 2011.</p> <p>CRESWELL, J. W. Investigação qualitativa e projeto de pesquisa. Brasil: Bookman, 2014</p> <p>WOOLF, N.H.; SILVER, C. Qualitative analysis using NVIVO: the five-level QDA® Method. Volume 2 (<i>Developing Qualitative Inquiry</i>). USA: QDA, 2018.</p> <p>YIN, R. K. Qualitative research from start to finish. USA: The Guilford Press, 2011.</p>	14h
APP 1.5	ANÁLISE QUANTITATIVA	<p>Ao final dessa disciplina o aluno deverá ser capaz de:</p>	14h



	DE POLÍTICAS PÚBLICAS	<ol style="list-style-type: none"> 1. compreender os principais métodos quantitativos aplicáveis à análise de políticas públicas; e 2. utilizar esses conhecimentos para analisar quantitativamente políticas públicas. <p>Ementa da disciplina:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Fundamentos de análise quantitativa. 2. Métodos de pesquisa quantitativa. <ol style="list-style-type: none"> a. Tipos/abordagens de pesquisa b. Procedimentos técnicos c. Fontes de informação d. Técnicas e instrumentos de coleta de dados e. Técnicas de análise de dados 3. Coleta e análise de dados quantitativos apoiadas por <i>software</i>. 4. Análise quantitativa de políticas públicas incluindo indicadores e metas. <p>Bibliografia básica:</p> <p>BUSSAD, W. O. Estatística básica. Brasil: Saraiva, 2017.</p> <p>FIELD, A. Descobrimdo a estatística utilizando o SPSS. Brasil: Bookman, 2014.</p> <p>RAGSDALE, C. T. Modelagem e análise de decisão. Brasil: Cengage Learning: 2010.</p> <p>WHEELAN, C. Estatística: o que é, para que serve, como funciona. Brasil: Zahar, 2016.</p> <p>BOUZADA, A.C. Métodos quantitativos aplicados a casos reais. Brasil: Campus, 2013.</p>	
APP 1.6	ESTATÍSTICA E ANÁLISE MULTIVARIADA DE POLÍTICAS PÚBLICAS	<p>Ao final dessa disciplina o aluno deverá ser capaz de:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. compreender técnicas de análise estatística e multivariada; e 2. utilizar esses conhecimentos para avaliar quantitativamente programas. <p>Ementa da disciplina:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Introdução à probabilidade e à estatística. 2. Estatística descritiva. 	35h



		<ol style="list-style-type: none"> 3. Tecnologia da amostragem. 4. Inferência estatística. 5. Análise estatística. 6. Análise de regressão. 7. Análise bayesiana de dados. 8. Séries temporais. 9. Análise multivariada de dados. 10. Análise de dados categorizados. <p>Bibliografia básica:</p> <p>WICKHAM, H. R for data science: import, tidy, transform, visualize, and model data. Canada: O'Reilly, 2017.</p> <p>CRAWLEY, M. J. The R Book. USA: Wiley, 2012.</p> <p>HAIR, J.F. et al. Análise multivariada de dados. Brasil: Bookman, 2009.</p> <p>FAVERO, L.; FAVERO, P. Análise de dados: modelos de regressão com Excel®, STATA® e SPSS®. Brasil: Campus, 2015.</p> <p>FAVERO, L.; FAVERO, P. Manual de análise de dados: estatística e modelagem multivariada com Excel®, SPSS® e Stata®. Brasil: Elsevier, 2017.</p> <p>LARSO, R.; FARBER, B. Estatística aplicada. 4. Ed. Brasil: Pearson Prentice Hall, 2010.</p>	
APP 1.7	AUDITORIA DE POLÍTICAS PÚBLICAS E PROGRAMAS DE GOVERNO	<p>Ao final dessa disciplina o aluno deverá ser capaz de:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. compreender métodos e técnicas de auditoria de políticas públicas e programas de governo; e 2. utilizar esses conhecimentos para produzir conhecimento sobre riscos em políticas e programas. <p>Ementa da disciplina:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Auditoria operacional 2. Auditoria de conformidade 3. Análise de governança em organizações 4. Análise de governança em políticas públicas 5. Gestão de riscos e controles internos em políticas públicas. 6. Risco de fraude, corrupção e desvios em políticas públicas. 	28h



		<p>7. Relatório de políticas e programas de governo.</p> <p>Bibliografia básica:</p> <p>BRASIL. TCU. Manual de auditoria operacional. Portaria-Segecex nº 4, de 26 de fevereiro de 2010. Disponível em < http://portal.tcu.gov.br/lumis/portal/file/fileDownload.jsp?fileId=8A8182A14DB4AFB3014DBAC9E74B54F9 >.</p> <p>BRASIL. Tribunal de Contas da União. Referencial básico de governança aplicável a órgãos e entidades Versão 2 - Brasília: TCU, 2014.</p> <p>BRASIL. Tribunal de Contas da União. Referencial de combate a fraude e corrupção: aplicável a órgãos e entidades da administração pública. Brasília: TCU, 2017.</p> <p>BRASIL. Tribunal de Contas da União. Referencial para avaliação de governança em políticas públicas. Brasília: TCU, 2014.</p> <p>BRASIL. Tribunal de Contas da União. Roteiro de avaliação de maturidade da gestão de riscos. Brasília: TCU, Secretaria de Métodos e Suporte ao Controle Externo, 2018.</p>	
APP 1.8	METODOLOGIA CIENTÍFICA APLICADA A POLÍTICAS PÚBLICAS	<p>Ao final dessa disciplina o aluno deverá ser capaz de:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. conhecer métodos de análise multidimensional de políticas públicas e programas de governo; 2. utilizar esse conhecimento para analisar sob múltiplas perspectivas políticas públicas e programas de governo. <p>Ementa da disciplina:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. O conhecimento e o método científico. 2. Diretrizes para leitura, escrita e redação. 3. O trabalho monográfico (a proposta de pesquisa). 4. Planejamento da pesquisa (estratégias, definição da amostragem, escalas de mensuração). 5. Fonte de dados e coleta de dados (dados primários e secundários). 6. Métodos de pesquisa (<i>survey</i>, observacionais, experimentação, estudos de caso). 7. Análise e apresentação de dados (preparação, armazenamento e exploração dos dados). 	28h



		<p>8. Produção de conhecimento sobre políticas e programas: (a) análise de materialidade, (b) análise de desempenho, (c) análise de riscos, (d) demonstrar a relevância da política pública selecionada, (e) demonstrar a relevância do programa temático selecionado, e (f) demonstrar a relevância do programa de governo selecionado.</p> <p>9. Análise de política pública: (a) estratégia de análise de política pública, (b) escopo e planejamento da análise de política pública, (c) execução da análise de política pública, (d) relatório da análise de política pública, e (e) quadro-resumo da análise de política pública.</p> <p>10. Avaliação de programa temático: (a) estratégia de avaliação, (b) escopo e planejamento da avaliação de programa, (c) execução da avaliação de programa, (d) relatório da avaliação de programa, e (e) quadro-resumo da avaliação de programa.</p> <p>11. Auditoria de programa de governo: (a) estratégia de auditoria, (b) escopo e planejamento da auditoria, (c) execução da auditoria, (d) relatório de auditoria de auditoria, (e) ficha-síntese da auditoria.</p> <p>Bibliografia básica:</p> <p>ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 6023: Informação e documentação: referências: elaboração. Rio de Janeiro, 2002.</p> <p>ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 10520: Informação e documentação: citações em documentos: apresentação. Rio de Janeiro, 2002.</p> <p>CRESWELL, J. W. Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto. Brasil: Bookman, 2010.</p> <p>GOLDENBERG, M. A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em ciências sociais. 8 ed. Rio de Janeiro: Record, 2004.</p> <p>YIN, R. K. Estudo de caso: planejamento e métodos. Brasil: Bookman, 2014.</p> <p>Bibliografia complementar:</p> <p>CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A.; DA SILVA, Roberto. Metodologia Científica. 6ª ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2008.</p>	
--	--	--	--



		<p>GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. 4ª ed. São Paulo: Atlas: 2002.</p> <p>GIL, A. C. Métodos e técnicas de pesquisa social. 6. ed. São Paulo, Atlas, 2008.</p> <p>TAKAHASHI, A. R. W. (org.). Pesquisa qualitativa em administração: fundamentos, métodos e usos no Brasil. São Paulo: Atlas, 2013.</p> <p>VERGARA, S. C. Métodos de pesquisa em administração. 15. ed. São Paulo: Atlas, 2014.</p>	
--	--	---	--

MÓDULO 2 – ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (140 obrigatórias)

<i>Código</i>	<i>Disciplina</i>	<i>Ementa</i>	<i>CH</i>
APP 2.1	GESTÃO ESTRATÉGICA DE PROJETOS	<p>Ao final dessa disciplina o aluno deverá ser capaz de:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. compreender métodos e técnicas de gestão estratégica de projetos; e 2. utilizar esses conhecimentos para analisar a gestão de programas de governo. <p>Ementa da disciplina:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Análise de ambiente e avaliação de riscos 2. Planejamento da estratégia. 3. Análise de projeto de investimentos e de custo-benefício. 4. Gerenciamento de projetos. 5. Gerenciamento de portfólio de projetos. 6. Gestão de desempenho e <i>accountability</i> da gestão. 7. Gestão de mudança. 8. Escritório de projetos. <p>Bibliografia básica:</p> <p>MINTZBERG, H.; AHLSTRAND, B.; LAMPEL, J. Safari de estratégia: um roteiro pela selva do planejamento estratégico. Porto Alegre: Bookman, 2010.</p> <p>KAPLAN, R. S.; NORTON, D. P. A execução premium: a obtenção de vantagem competitiva através do vínculo da estratégia com as operações do negócio. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.</p>	28h



KERZNER, H. **Project management**: a systems approach to planning, scheduling and controlling. 9 ed. New York: Wiley, 2006.

Project Management Institute. **Um guia do conhecimento em gerenciamento de projetos. Guia PMBOK®** 6ª ed. USA: PMI, 2017.

Bibliografia complementar:

MINTZBERG, H.; QUINN, J. B. **The strategy process**: concepts, contexts, cases. 4 ed. New Jersey: Prentice-Hall, 2005.

KAPLAN, R. S.; NORTON, D. P. **Estratégia em ação**: Balanced Scorecard. 6. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

Project Management Institute. **The standard for portfolio management**. 4ª ed. USA: PMI, 2017

Project Management Institute. **The standard for program management**. 4ª ed. USA: PMI, 2017

APP 2.2	PLANEJAMENTO NO SETOR PÚBLICO	<p>Ao final dessa disciplina o aluno deverá ser capaz de:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. compreender o processo de planejamento no setor público; e 2. utilizar esse conhecimento para analisar o processo de elaboração de políticas e programas de governo. 	21h
		Ementa da disciplina:	
		<ol style="list-style-type: none"> 1. Dinâmica de sistemas, pensamento sistêmico, planejamento da intervenção, marco lógico e regulamentação. 2. Avaliação <i>ex ante</i> de políticas públicas. 3. Capacidade de governança e planejamento, desenho de planos governamentais, qualidade de indicadores e estrutura de monitoramento e avaliação. 4. Análise de impacto legislativo: contextualização jurídica e análise jurídica da legislação; análise custo-benefício; e análise econômica complementar com implicações para equidade e justiça social. 	



5. Teoria do Estado Moderno, reformas administrativas recentes e o papel dos avaliadores de programas governamentais.
6. Eficiência da gestão e desburocratização.
7. Atuação sistêmica e integrada do controle em prol da efetividade de políticas públicas. Histórico da avaliação de programas no Brasil.

Bibliografia básica:

ALBUQUERQUE, C.; MEDEIROS, M.; FEIJÓ, P.H.
Gestão de finanças públicas. 3ª ed. Brasília: Gestão Pública, 2013.

ALTOUNIAN, C. S., SOUZA, D. L., LAPA, L. R. G.
Gestão e governança pública para resultados uma visão prática. Brasil: Fórum, 2017.

BRASIL. IPEA. **Avaliação de políticas públicas**: guia prático de análise *ex ante*, volume 1. Brasília: Ipea, 2018.

MORAES, A. **Reforma administrativa**. 4ª ed. Brasil: Atlas, 2001.

APP 2.3	ORÇAMENTO PÚBLICO	<p>Ao final dessa disciplina o aluno deverá ser capaz de:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. compreender o processo de planejamento e execução orçamentária e financeira; e 2. utilizar esse conhecimento para analisar o planejamento e a execução orçamentária e financeira de políticas e programas de governo. <p>Ementa da disciplina:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Introdução à avaliação orçamentária de políticas públicas. 2. Sistema constitucional de planejamento e orçamento: PPA, LDO, LOA e planos nacionais, regionais e setoriais. 3. Financiamento de políticas públicas: origem das receitas; fonteamento das despesas; adequação orçamentário-financeira das autorizações de gasto e sua execução; compatibilização com a gestão da política fiscal. 4. Identificando políticas públicas no orçamento: categorias e codificação da programação orçamentária legais (institucionais, funcionais- 	35h
---------	-------------------	--	-----



- programáticas e quanto à natureza, modalidade e outros indicadores fiscais) e infralegais (PI, PO, identificador e detalhamento de acompanhamento).
5. Inserção das políticas públicas no orçamento: processo de elaboração e aprovação da proposta orçamentária e suas alterações ao longo do exercício financeiro.
 6. Execução orçamentária das políticas: programação financeira, contingenciamento, fases da execução, descentralizações intra e intergovernamentais, restos a pagar, despesas de exercícios anteriores, adiantamentos (suprimento de fundos), Conta Única do Tesouro Nacional.
 7. Sistemas federais de gestão e monitoramento orçamentário: Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (Siop, Siop-BI, Painel do Orçamento); Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (Siafi, Novo Siafi - CPR, DW-Tesouro Gerencial); Sistema de Convênios do Governo Federal (Siconv); SigaBrasil (Paineis cidadão, emendas e especialista).
 8. Repensando o modelo: orçamento por resultados e por desempenho de políticas e programas – Medium-term Performance Framework (MTPF).

Bibliografia básica:

BRASIL. Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão. **Manual técnico de orçamento**. MTO. Edição 2018. Brasília: 2018

GIACOMONI, J. **Orçamento público**. 17. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

ALBUQUERQUE, C.; MEDEIROS, M.; FEIJÓ, P.H. **Gestão de finanças públicas**. 3ª ed. Brasília: Gestão Pública, 2013.

APP 2.4	CONTABILIDADE GOVERNAMENTAL	<p>Ao final dessa disciplina o aluno deverá ser capaz de:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. compreender o processo de prestação de contas governamental; e 2. utilizar esse conhecimento para analisar accountability de políticas e programas de governo. <p>Ementa da disciplina:</p>	28h
---------	-----------------------------	--	-----



1. Contabilidade pública: regimes contábeis. Escrituração. Sistemas contábeis: orçamentário, financeiro, patrimonial e compensação. Composição e conteúdo dos balanços públicos. Levantamento de balanços públicos.
2. Estrutura das demonstrações contábeis governamentais. Composição e conteúdo das demonstrações contábeis governamentais. Análise e interpretação das demonstrações contábeis governamentais. Índices e indicadores extraídos das demonstrações contábeis governamentais.
3. Análise financeira governamental: Informação financeira governamental, Condição financeira governamental, Fundamentos da execução orçamentária e financeira, Análise da solvência orçamentária, Análise da receita, Análise do gasto, Análise da dívida, Análise do regime próprio de previdência, Análise da solvência de caixa, análise da posição financeira e patrimonial e modelos de avaliação da condição financeira.
4. Avaliação de contas públicas pelo controle. Levantamento de contas: prestação de contas. Tomada de contas. Relatório; e Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).
5. Convergência da contabilidade pública às normas internacionais de contabilidade: conceituação e implicações da contabilidade patrimonial integral. As práticas contábeis vigentes e os desafios da implementação da contabilidade patrimonial integral no Brasil.
6. Contratações no setor público. Contas de governo, transparência e *accountability* governamental. Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais (Siasg/Comprasnet); Sistemas de custos por resultados de políticas e programas; e Sistema de informações de custos do governo federal (SIC).

Bibliografia básica:

LIMA, S. C.; DINIZ, J. A. **Contabilidade pública: análise financeira governamental**. São Paulo: Atlas: 2016.

ALBUQUERQUE, C.; MEDEIROS, M.; FEIJÓ, P.H. **Gestão de finanças públicas**. 3ª ed. Brasília: Gestão



		Pública, 2013.	
APP 2.5	ECONOMIA E FINANÇAS NO SETOR PÚBLICO	<p>Ao final dessa disciplina o aluno deverá ser capaz de:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. compreender conceitos econômicos aplicáveis ao setor público; e 2. utilizar esses conhecimentos para analisar possível impacto econômico de iniciativas governamentais. <p>Ementa da disciplina:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Conceitos básicos de finanças públicas: teoria das finanças públicas, conceitos básicos relevantes. 2. Finanças públicas no Brasil: o estado e as empresas estatais no desenvolvimento econômico, finanças públicas em perspectiva histórica, política fiscal, dinâmica da dívida pública. 3. Tópicos especiais sobre finanças públicas: o sistema tributário brasileiro, crise da previdência social, sistema federativo e fenômeno da descentralização. 4. A reforma do estado: economia política do ajuste fiscal, lógica da privatização e o PND, o estado regulador, a parceria público-privada, o orçamento público. 5. A racionalidade econômica para a existência do governo: a eficiência dos mercados competitivos. Falhas de mercado. Redistribuição e bens “meritocráticos”. 6. Economia do bem-estar. Eficiência versus equidade: trade-offs entre eficiência e distribuição. Eficiência de Pareto. Escolha social. 7. Teoria da Despesa Pública: bens públicos. Escolha pública. Produção pública e burocracia. Externalidades. Despesa pública: natureza, tipos e formas de execução. 8. Teoria da Tributação: incidência; tributação e eficiência econômica; tributação ótima e elementos de teoria da reforma tributária. O Sistema Tributário Brasileiro. 9. Estrutura e papel do estado na regulação econômica. <p>Bibliografia básica:</p> <p>GIAMBIAGI, F. Finanças públicas: teoria e prática no Brasil. Rio de Janeiro: Elsevier, 2016.</p>	28h



ALBUQUERQUE, C.; MEDEIROS, M.; FEIJÓ, P.H.
Gestão de finanças públicas. 3ª ed. Brasília: Gestão
 Pública, 2013.

MÓDULO 3 – ESTADO, POLÍTICA e REGULAÇÃO (63h obrigatórias)

<i>Código</i>	<i>Disciplina</i>	<i>Ementa</i>	<i>CH</i>
APP 3.1	ESTADO E POLÍTICAS PÚBLICAS	<p>Ao final dessa disciplina o aluno deverá ser capaz de:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. compreender o ambiente político em que as iniciativas governamentais estão inseridas; e 2. utilizar esse conhecimento para avaliar possível impacto de decisões políticas em políticas públicas e programas de governo. <p>Ementa da disciplina:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Gestão e organização: descentralização (vertical e horizontal), centralização, federalismo; relação pública e privada (privatização); objetividade versus particularismo como critérios para distribuição de recursos; coerência dos programas/ações em políticas públicas. 2. Participação social. Políticas públicas a partir da economia do bem-estar: regulação; provisão de bens e serviços; produção e transferências de recursos. 3. Financiamento da política pública: formas de financiamento e federalismo fiscal; gastos diretos; transferências constitucionais e negociadas; renúncias e subsídios fiscais; gastos públicos efetuados por instituições públicas e privadas; empréstimos. 4. O federalismo brasileiro: evolução histórica, avanços recentes e dificuldades Articulações intermunicipais, políticas públicas e gestão regional. Redes de políticas públicas. Coordenação executiva – problemas da articulação versus a fragmentação de ações governamentais. Dimensões da coordenação: intragovernamental, intergovernamental e governo-sociedade. 5. Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) – agenda 2030. <p>Bibliografia básica:</p>	21h



CARDOSO, F. H. **Autoritarismo e democratização**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1975.

CASTELLS, M.; COUTINHO, C.N.; KONDER, L. A **sociedade em rede**. Brasil: Paz e Terra, 2009.

DI PIETRO, M. S. Z. **Direito administrativo**. 31ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2018.

Bibliografia complementar:

ACKERMAN, B. **The new separation of powers**. Harvard Law Review, 2000.

DI PIETRO, M. S. Z. **Parcerias na administração pública**. 11ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2017.

FRAGALE, Roberto. Conselho Nacional de Justiça: **Desenho institucional, construção de agenda e processo decisório**. Dados, v.56, n.4, 2013.

MELLO, C. A. B. **Serviço público concessão serviço**. Brasil: Malheiros, 2016.

TAYLOR, M. **Judging policy**: courts and policy reform in democratic Brazil. Stanford: Stanford University Press, 2008.

CHEVALLIER, J. **O estado de direito**. Belo Horizonte: Fórum, 2013.

CHEVALLIER, J. **O estado pós-moderno**. Belo Horizonte: Fórum, 2009.

CHEVALLIER, J. **O serviço público**. BH: Forum, 2017.

APP 3.2	TEORIA DO ESTADO REGULADOR	<p>Ao final dessa disciplina o aluno deverá ser capaz de:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. compreender o ambiente regulatório em que as iniciativas governamentais estão inseridas; e 2. utilizar esse conhecimento para avaliar possível impacto regulatório em políticas públicas e programas de governo. <p>Ementa da disciplina:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. A evolução da atuação do Estado brasileiro até o atual viés regulador: fundamentos, características e funções - 	28h
---------	----------------------------	---	-----



- intervenção direta, fomento, serviço público, poder de polícia e regulação.
2. As escolhas administrativas, complexidade e tecnicidade na regulação de serviços públicos e atividades econômicas - livres à iniciativa privada e/ou monopolizadas -, imperatividade e consensualidade;
 3. Os impactos decorrentes da mudança da governança estatal do tipo hierarquizado weberiano para um modelo policêntrico - entidades reguladoras independentes; organizações paraestatais e entidades não estatais autorreguladoras de interesses públicos.
 4. Privatização e regulação no Brasil. Impacto fiscal das privatizações no Brasil.
 5. Estrutura e papel do estado na regulação financeira e formas alternativas de financiamento do setor público.
 6. Falhas de mercado e regulação: monopólio natural, assimetria de informação, bens públicos, externalidades.
 7. As teorias da regulação: teoria normativa, teoria da captura, Teoria da Regulação econômica.
 8. A teoria das *essential facilities* e suas limitações.
 9. Impacto regulatório.

Bibliografia:

BALDWIN, R.; CAVE, M.; LODGE, M.. **The Oxford handbook of regulation**. Oxford University Press, 2010.

COUTINHO, D. R. **Direito e economia política na regulação de serviços públicos**. São Paulo: Saraiva, 2014.

GUERRA, S. **Agências reguladoras**: da administração piramidal à governança em rede. Belo Horizonte: Fórum, 2012.

GUERRA, S. **Teoria do Estado Regulador**. Curitiba: Juruá, 2015. p. 13 a 106.

SOUTO, Marcos Juruena Villela. **Direito administrativo regulatório**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2002.

MATTOS, P. T. L. **O novo estado regulador no Brasil: eficiência e legitimidade**. São Paulo: Singular, 2006.

ARAGÃO, A. S de. **Princípio da legalidade e poder regulamentar no estado contemporâneo**. Revista de Direito Administrativo, Rio de Janeiro, v. 225, jul./set. 2001.



		BINENBOJM, G. Poder de polícia, ordenação e regulação . Belo Horizonte: Fórum, 2016.	
APP 3.3	REGULAÇÃO APLICADA	<p>Ao final dessa disciplina o aluno deverá ser capaz de:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. compreender o ambiente regulatório em que políticas setoriais estão inseridas; e 2. utilizar esse conhecimento para avaliar possível impacto regulatório em políticas públicas e programas de governo setoriais. <p>Ementa da disciplina:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. O conceito jurídico de mercado. Ordem Constitucional Econômica e Regulação. Processo de reforma do Estado. 2. Regulação de redes. Regulação de acesso a redes. 3. Falhas de mercado. Falhas de governo. Regulação dos serviços públicos e das atividades econômicas monopolizadas. 4. Advocacia da concorrência. Análise de impacto regulatório. Desverticalização. 5. Desregulação. 6. Concorrência em setores regulados de infraestrutura. 7. Extensão e limites à atuação de agências reguladoras. Desenho de mecanismos. 8. Sanções negativas e positivas. 9. Concessões e PPPs. 10. Modelos tarifários. <p>Bibliografia:</p> <p>GUERRA, S. Regulação no Brasil: uma visão multidisciplinar. Brasil: FGV, 2013.</p> <p>GUERRA, S. Temas de direito regulatório. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2004.</p> <p>GUIMARAES, F.C. V. Parceria público-privada. São Paulo: Saraiva: 2017.</p> <p>MATTOS, P. T. L. Regulação econômica e democracia: o debate europeu. 2. Ed. São Paulo: RT, 2017.</p> <p>DI PIETRO, M. S. Z. Parcerias na Administração Pública: concessão, permissão, franquias, terceirização, parceria público-privada e outras formas. 7ª. ed., São Paulo: Atlas, 2009.</p>	14h



ARAGÃO, A. S. de. **Agências reguladoras**: e a evolução do direito administrativo econômico. Rio de Janeiro: Forense, 2002.



ATA DA REUNIÃO DO COMITÊ CIENTÍFICO-PEDAGÓGICO DO DIA 27/04/2018

Ao vigésimo sétimo dia do mês de abril do ano de dois mil e dezoito, às quatorze horas e trinta minutos, realizou-se, na sala da Diretoria Executiva do ILB, reunião do Comitê Científico-Pedagógico do ILB, para deliberar sobre: 1) Homologação do resultado final do processo seletivo para facilitadores do curso de formação gerencial - PFG; 2) Homologação da seleção do coordenador pedagógico do curso de pós-graduação em Tecnologia da Informação Aplicada ao Poder Legislativo; 3) Análise e deliberação do projeto pedagógico do curso pós-graduação de Avaliação de Políticas Públicas; 4) Análise e deliberação do projeto pedagógico do curso de extensão Transferência de Recursos Intergovernamentais; 5) Homologação dos facilitadores Felipe Guimarães Cortês para disciplina - Gerenciamento das contratações do Senado Federal e Tarso de Oliveira Rocha para disciplina - Processo de Comunicação em Projetos do curso MBA em Gestão Integrada de Projetos; 6) Afastamento do servidor Jefferson Luís Colombo Dalmoro para cursar mestrado em Ciências da Comunicação na Universidade de Porto, Portugal; 7) Retificação da ata do Comitê Científico Pedagógico do dia 04/09/2017. Participaram da reunião o Diretor-Executivo do ILB, Antonio Helder Medeiros Rebouças, que presidiu o Comitê, além dos seguintes membros: Francisco Etelvino Biondo, Coordenador Geral interino do ILB; Valéria Ribeiro da Silva Franklin Almeida, coordenadora da COESUP; Amanda Rodrigues de Albuquerque, coordenadora da COTREN; Pérsio Henrique Barroso, coordenador-pedagógico do curso de Análise de Constitucionalidade; Verônica de Carvalho Maia Baraviera, coordenadora pedagógica do curso de Gestão Integrada de Projetos; Dalva Maria Souza Moura, coordenadora pedagógica do curso de Avaliação de Políticas Públicas; Yuri Morais Bezerra, coordenador geral do curso de Tecnologia da Informação Aplicada ao Legislativo; Claudia Gama Franco de Oliveira, Chefe do SEPOS. Além do mais, participaram, como convidados. Ricardo Alan Barros Assunção e Carlos Eugenio Varella Escosteguy. Abertos os trabalhos, o senhor Presidente, colocou em discussão o item 2. A Sra. Valéria informou que a comissão de seleção indicou o servidor Juliano Sávio Barbosa Eirado. Aprovada a indicação. Passa-se à deliberação do item 3 da pauta. Aprovado o projeto pedagógico. Passa-se à deliberação do item 1 da pauta. Aprovada a homologação do resultado final. Passa-se à deliberação do item 4 da pauta. Aprovado o projeto pedagógico para um curso piloto presencial e a seguir semi-presencial. Passa-se à deliberação do item 5. Ficam homologadas as indicações dos servidores Felipe Guimarães Cortês e Tarso de Oliveira Rocha. A Sra. Verônica e o Sr. Pérsio solicitaram que fosse consignado em ata que o Comitê Científico Pedagógico deve deliberar sobre a exoneração dos ex-servidores comissionados João Ricardo Roriz Tormin e Carlos Enock Rodrigues Esteves durante suas participações nos cursos de MBA em Gestão Integrada de Projetos e de pós-graduação em Análise de Constitucionalidade respectivamente. O Comitê deliberou que os alunos nessa situação poderão continuar no curso desde que não haja ônus para o Senado Federal e seguir a orientação da ADVOSF quando recebida para os casos futuros. Passa-se ao item 6. Aprovado o afastamento do servidor Jefferson Luís Colombo Dalmoro. Passa-se ao item 7. No trecho em que está escrito "c) MÍDIAS SOCIAIS E PODER PÚBLICO Coordenadora: VALÉRIA

CRISTINA CASTANHO DE ALMEIDA. Facilitadores: ANA LUCIA COELHO ROMERO NOVELLI (Mídias Sociais e Cultura Contemporânea) e TARSO DE OLIVEIRA ROCHA (Mídias Sociais - Linguagens e Técnicas)", leia-se "[...] c) MÍDIAS SOCIAIS E PODER PÚBLICO Coordenadora: VALÉRIA CRISTINA CASTANHO DE ALMEIDA. Facilitadores: ANA LUCIA COELHO ROMERO NOVELLI (Mídias Sociais e Cultura Contemporânea), TARSO DE OLIVEIRA ROCHA (Mídias Sociais - Linguagens e Técnicas) e MOISÉS DE OLIVEIRA NAZÁRIO (Mídias Sociais - Linguagens e Técnicas)". Não havendo mais nada a tratar, o senhor Presidente deu como encerrada a reunião e eu, Waldir Rodrigues Pereira, secretariei e lavro a presente Ata que segue assinada pelos demais presentes.

Brasília, 27 de abril de 2018. **Waldir Rodrigues Pereira** - Secretário, Participantes: **Antonio Helder Medeiros Rebouças, Francisco Etelvino Biondo, Amanda Rodrigues de Albuquerque, Valéria Ribeiro da Silva Franklin Almeida, Pérsio Henrique Barroso, Dalva Moura, Ricardo Alan Barros Assunção, Verônica de Carvalho Maia Baraviera, Carlos Eugenio Varella Escosteguy e Yuri Morais Bezerra.**

DELEGAÇÃO OU AVOCACÃO DE COMPETÊNCIA

DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIA

Processo: 00100.062898/2018-19

Assunto: Gestão de frequência dos servidores.

Órgão: Gabinete da Senadora Simone Tebet

Delegante: Jacqueline Mousinho Macário - Chefe de gabinete

Delegado: Jean Carlos de Moura Ferreira (252636)

DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIA

Processo: 00100.062892/2018-41

Assunto: Gestão de RH, PMS eletrônico e assinar expedientes administrativos.

Órgão: Gabinete da Liderança do Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania

Delegante: Senador João Capiberibe

Delegado: Celice Silva Leite (51308)

DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIA

Processo: 00100.062367/2018-26

Assunto: Gestão de frequência e férias dos servidores.

Órgão: Presidência do Senado Federal

Delegante: Luciano Felício Fuck - Chefe de gabinete

Delegado: Jussanan Portela dos Santos (50626)

